



Resumo de Notícias

23/02/2016 - Sinttel-ES

Proposta de decreto para Marco Civil traz riscos para neutralidade

Texto em consulta pública reafirma direitos conquistados na lei, mas abre brechas na neutralidade. Participação é fundamental para evitar retrocessos.



Neutralidade de rede: princípio está no centro da disputa da regulamentação do Marco Civil

Está aberto para consulta pública, até 29 de fevereiro, o texto do decreto presidencial que vai regulamentar o Marco Civil da Internet, uma das leis mais avançadas em todo o mundo em termos de proteção aos direitos dos internautas.

Aprovado no Parlamento e sancionado pelo governo em abril de 2014, o Marco Civil já está em vigor há mais de um ano. Alguns trechos da lei, porém, até hoje aguardam regulamentação. E é este texto que pode, agora, reafirmar as conquistas que a nova lei trouxe ou desvirtuá-las.

O embate que vem sendo travado dentro do governo e que está refletido na proposta de decreto em consulta trouxe à tona, uma vez mais, o conflito de interesses entre as operadoras de telecomunicações e os usuários da rede, que já tinha marcado toda a tramitação do projeto de lei no Congresso.

Ao mesmo tempo em que reafirma uma internet livre, plural e aberta, alguns trechos do texto em debate podem, na prática, acabar com a neutralidade de rede, um dos pilares do Marco Civil da Internet.

O foco do conflito está na regulamentação das exceções à proibição a discriminação e degradação de tráfego de pacotes de dados na internet. Ou seja, em que situa-

ções em que isso pode ocorrer sem que represente uma violação à neutralidade.

O decreto trata de dois casos de degradação possíveis: a priorização de serviços de emergência – que faz todo o sentido – e o atendimento de “requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada de serviços e aplicações”. E é na determinação desses requisitos técnicos que mora o perigo.

O texto proposto (artigo 5o, incisos III e IV) abre uma grande brecha para que as operadoras de telecomunicações tratem o gerenciamento de tráfego na rede como algo recorrente, e não excepcional, como determina o Marco Civil da Internet. Na prática, a proposta em consulta deixa aberto o caminho para que as teles privilegiem determinados pacotes de dados de uma aplicação em detrimento dos de outra.

A diferenciação no tratamento de pacotes é algo que faz parte do funcionamento da rede. Aplicações de voz ou o streaming de vídeo, por exemplo, já têm prioridade no fluxo da rede em relação a pacotes de dados de e-mails.

Afinal, um pequeno atraso na entrega de uma mensagem não prejudica tanto o serviço quando um vídeo que trava sem parar ou uma voz cortada chegando ao seu destinatário. O que não pode acontecer – e o decreto protege isso – é a priorização, por um determinado provedor, em função de acordos comerciais, de um mesmo tipo de aplicação em detrimento de outra, como favorecer o Whatsapp em relação ao Telegram; ou o Netflix em relação ao Popcorn Time.

O texto do decreto, porém, autoriza outros tipos de degradação do tráfego de dados. Abre exceção à neutralidade, por exemplo, para que as operadoras cumpram as metas de qualidade da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e para a “adequada fruição das aplicações, tendo em vista a garantia da qualidade de experiência do usuário”. Assim, a discriminação no tráfego de dados na rede, que deveria ser exceção, corre sério risco de ser tratada como corriqueira.



Resumo de Notícias

Não é difícil imaginar de quem foi a pressão para que essas duas situações fossem inseridas no texto. Para as operadoras de telecom, é muito melhor poder quebrar a neutralidade da rede do que ter que investir em infraestrutura para atender à mínima qualidade de navegação exigida pela Anatel – que está longe do desejável.

Usar a experiência do usuário como parâmetro também representa uma inversão na lógica da neutralidade: a rede funciona para o que o usuário está fazendo e não para suas infinitas possibilidades de navegação. Não se pode banalizar assim o gerenciamento de tráfego.

Para que a regulamentação esteja de fato de acordo com a lei que pretende detalhar, as hipóteses de discriminação devem ser restritas e, no caso dos requisitos técnicos, devem implicar justificativa às autoridades reguladoras e prazo para a resolução do que deveria ser encarado como um problema. É hora do governo ser coerente com a defesa dos princípios do Marco Civil e não ceder a mais esta pressão das operadoras de telecomunicações.

Privacidade

Outra questão central na regulamentação do Marco Civil diz respeito à coleta, armazenamento e acesso aos dados cadastrais, de conexão (data, hora e duração da conexão de um endereço IP) e de aplicação (quais sites e aplicativos foram acessados) dos usuários. Uma das grandes disputas na época da tramitação da lei foi justamente esta.

De um lado, setores vigilantes defendendo a guarda e acesso a todos os dados dos internautas. De outro, organizações da sociedade civil em defesa da privacidade dos cidadãos e cidadãs. Houve conquistas, mas uma significativa derrota.

O Marco Civil obrigou provedores de conexão e parte dos provedores de aplicação a guardarem dados de navegação dos usuários e, em relação aos dados cadastrais (cuja guarda não é obrigatória), reiterou a autorização de seu acesso, sem ordem judicial, a “autoridades administrativas que detenham competência legal para a sua requisição”.

Para manter o princípio da privacidade, seria necessário explicitar, no decreto que regulamenta a lei, quais são essas autoridades. Considerando as leis já em vigor no país, como a Lei de Organizações Criminosas e a Lei de Lavagem de Dinheiro, seriam a polícia e o Ministério

Público, sempre no contexto de investigações previstas nessas leis.

Com relação aos registros de conexão e de aplicação, cuja guarda é obrigatória pelos prazos de um ano e seis meses, respectivamente, seria fundamental que o decreto determinasse a destruição desses dados após o período indicado. Nos dois casos, o decreto não traz essas definições, e seria importante incluí-las.

Quem fiscaliza o respeito à lei?

Um terceiro ponto problemático da minuta do decreto presidencial é o que trata da atribuição de responsabilidades na fiscalização do cumprimento do Marco Civil. Embora inclua no ecossistema de fiscalização e regulação da internet a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Anatel, o texto em consulta dá destaque excessivo a esta última.

A competência da Anatel prevista em lei, porém, não abarca todas as questões presentes no Marco Civil e, em diferentes trechos do decreto, o texto dá maior consideração à agência reguladora na distribuição de tais funções.

O texto do decreto como um todo deve refletir o que está nos seus artigos finais, que a proteção aos direitos dos usuários na rede envolve um esforço conjunto de Cade, Senacon e Anatel na fiscalização e apuração de infrações.

Além disso, é preciso que se reforce o papel do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) no estabelecimento de diretrizes e resoluções a serem observadas nessa tarefa conjunta.

Trabalhar por tais mudanças no texto é fundamental para que o decreto que finalmente regulamentará o Marco Civil da Internet não represente um ataque aos seus princípios. Ao contrário, é preciso que ele reflita e reafirme os direitos conquistados durante o intenso processo de construção da lei.

Fazer esse debate por meio de uma consulta pública, com abertura para participação dos mais variados setores da sociedade, é fundamental. Mas ela só será um instrumento de construção legítimo se o governo efetivamente considerar as contribuições feitas neste processo e não ceder à pressão das teles. Do contrário, aquela que foi considerada a lei mais avançada sobre internet no mundo corre sérios riscos de morrer na praia.



Resumo de Notícias

24/02/2016 - Instituto Telecom

105 milhões de brasileiros são cobertos por banda larga móvel, mas não acessam

A GSMA, associação internacional que reúne as operadoras móveis, divulgou nesta terça-feira, 23, um relatório que mostra o estado da penetração da banda larga móvel na América Latina. Segundo o levantamento, existem 362,8 milhões de pessoas na região em áreas de cobertura de banda larga móvel que nunca acessam a internet pelo celular. No Brasil, são 105,1 milhões pessoas nesta situação.

O motivo para não acessarem a rede móvel variam pouco entre os países da América Latina. A principal justificativa de quem não acessa é a falta de conteúdo local, seguida da falta de habilidade e dos preços altos. No Brasil, 47% dos entrevistados de fora da banda larga móvel dizem que não acessam por falta conteúdo relevante. Outros 41% afirmam não saber como se conectar. Mais 37% dizem que o acesso é caro.

O estudo mostra que a desigualdade é uma das grandes barreiras. Na região, em média, a renda dos 20% mais ricos é oito vezes mais alta que dos 40% mais pobres. No Brasil, essa relação é maior, de 11 vezes. Ao mesmo tempo, ter um celular consome 10% da renda dos 40% mais pobres, e apenas 1% da renda dos 20% mais ricos.

Segundo a GSMA, operadoras e governos devem trabalhar para que o custo seja de não mais que 5% da renda, em ambos os públicos. Os valores são calculados com base em acesso pré-pago com limites de 500 MB.

A entidade não deixa de repisar os argumentos das teles brasileiras, de que os impostos oneram os serviços e impactam a universalização. No Brasil e na Argentina, diz o relatório, os impostos superam 30% do valor pago pelos clientes em serviços de banda larga móvel.

Os impostos sobre o aparelhos celular supera os 40% por aqui. Não é o país com maior taxa. Na Argentina, impostos sobre dispositivos chegam perto dos 60%, enquanto na República Dominicana se aproxima de 50%. Em compensação, o Brasil tem os mais altos impostos sobre serviços, acima de 30%. Argentina e República Dominicana em seguida. A GSMA reconhece, entretanto, esforços em reduzir impostos no setor. Destaca uma redução de 80% nas taxas combinadas para M2M no Brasil e das tarifas de conexão entre operadoras desde 2014. A divulgação dos dados aconteceu durante a MWC 2016.

Ministro das Comunicações diz que governo ainda não fechou posição sobre ação das teles contra a Condecine

O ministro das Comunicações, André Figueiredo, declarou a este noticiário nesta terça, 23, durante o Mobile World Congress, em Barcelona, que o governo ainda não tem uma posição sobre a ação movida pelas empresas de telecomunicações contra a Ancine contra o recolhimento da Condecine Teles. Trata-se de um tributo cobrado sobre as operadoras móveis para fomento do audiovisual por meio do Fundo Setorial Audiovisual. No final de janeiro as teles conseguiram na Justiça a suspensão do recolhimento deste tributo, alegando a inconstitucionalidade da cobrança.

Figueiredo também preferiu não opinar sobre o tema. "Eu prefiro não me manifestar ainda sobre isso porque não conversei com o ministro Juca Ferreira (da Cultura), que eu sei que tem uma posição bem mais firme em relação à vontade

de se traçar uma ação governamental. Eu ouvi os argumentos dos dois lados mas ainda não formei posição". Questionado se o governo formaria uma posição, Figueiredo disse que isso ainda não está definindo.

Uma posição do governo, de certa forma, foi manifestada na defesa da ação, já que é a procuradoria da Ancine, ligada à AGU, quem responde à ação. Na manifestação feita no agravo junto ao Tribunal Regional Federal pela agência do audiovisual, a Ancine argumentou que a perda do recolhimento da Condecine teria um impacto relevante para o setor audiovisual, e argumentou que cabe a cobrança do tributo já que as teles são beneficiadas pela produção de conteúdos. O agravo foi negado pela Justiça e a liminar das teles permanece até o julgamento de mérito ou nova decisão judicial.



Resumo de Notícias

23/02/2016 - Vermelho

Sem caos na economia: “terrorismo” político amplia crise

A situação da economia brasileira é difícil, mas está longe do caos. Esta foi a conclusão dos economistas Luiz Carlos Bresser-Pereira, Leda Paulani e Guilherme Mello, que participaram, nesta segunda (23), do Ciclo de Debates “Que Brasil é Este?”. Cada um deles, contudo, apresentou seu próprio diagnóstico para a crise atual e propôs distintos caminhos para enfrentá-la.

Primeiro a falar, o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira defendeu que, apesar dos problemas econômicos, o país não vive um momento caótico. Para isso, avalia, seria preciso um cenário de hiperinflação, que não se delineia no horizonte.

O economista, contudo, avaliou que, desde a redemocratização, o Brasil tem acumulado dificuldades na área econômica. “Nós fracassamos. Nós, elites brasileiras. Nós, brasileiros, fracassamos no plano econômico”, vaticinou. Ele resgatou que, depois de um período de crescimento entre as décadas de 1930 e 1980, o país viveu uma década de grande crise da dívida externa e de alta inflação, que o levaram à estagnação.

“Mas esses dois problemas [dívida externa e inflação] foram resolvidos, e era de se esperar que o Brasil voltasse a crescer e crescesse forte. Mas o que nós vimos? Que o Brasil continuava ali, semiestagnado”, apontou, citando o período de boom das commodities como um momento em que todos acreditavam que o país tinha decolado, mas que durou pouco e logo voltaram as dificuldades.

“O Brasil que entre 1930 e 1980 cresceu de forma extraordinária, tinha um projeto de industrialização, que foi cumprido, e o Brasil crescia a 7%. Desde então, tem crescido algo em torno de 1%. E agora esse desastre, o Brasil não está semiestagnado, está em regressão. Estamos voltando a ser pobres. Éramos um país industrial e não somos mais. Um país que deixa de ser industrial para voltar a ser país exportador de commodities está condenado ao retrocesso”, criticou. E destacou que a indústria, que já representou 30%

do PIB brasileiro, hoje significa apenas 9%.

Bresser apontou que, a partir de 1990, o país deu uma guinada para a direita e viveu 12 anos de um experimento liberal populista. Nesse período, passou por duas crises financeiras e, embora tenha conseguido controlar a inflação, não retomou seu crescimento. Em seguida, vieram os 12 anos de governos no PT. Para ele, apesar de terem o mérito de reduzir de fato as desigualdades sociais, tais gestões também não foram exitosas na economia.

“A causa fundamental disso foi uma armadilha macroeconômica da qual não saímos. A armadilha de uma alta taxa de juros e de uma taxa de câmbio apreciada no longo prazo”, disse.

“A taxa de juros escandalosa que existe no Brasil é uma coisa terrível! Os capitalistas rentistas têm senhoriação da ordem de 6% do PIB, em termos de juros. É isso que capturam todo ano. É uma violência contra o desenvolvimento econômico”, condenou.

Em relação ao câmbio, ele sublinhou que, para alcançar desenvolvimento econômico, é fundamental ter investimento. “Ou fazemos uma revolução socialista ou, se formos viver no capitalismo, precisamos que os empresários invistam”, disse. E uma taxa de câmbio apreciada, apontou, inibe o investimento.

“A taxa de investimento depende da taxa de juros e da expectativa de lucro. Taxa de juros baixa, não temos. Diz a direita que isso decorre do mercado, da necessidade de combater a inflação, tolices desse tipo, mas decorre fundamentalmente do controle que eles têm sobre o BC, sobre a mídia e o pensamento brasileiro”, disparou.

“O empresário fazia conta e via que não valia a pena investir, porque os concorrentes deles iam colocar no mercado produtos a preços muito mais baratos. Quanto a exportar, nem pensar”, indicou.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/276673-2>



Resumo de Notícias

23/02/2016 - Vermelho

Por que retirar da Petrobras a condição de operadora única é ruim?



Retirar esta condição da Petrobras significa renunciar à gestão estratégica de um recurso finito e não renovável, sem a qual o Brasil poderá se converter em mero exportador de petróleo cru, ao sabor dos interesses particulares e imediatistas de empresas estrangeiras e deixando de investir em seu desenvolvimento.

I- Porque ter a Petrobras como operadora única garante ao País o controle estratégico das reservas e da produção do óleo. Sem a Petrobras, perdemos essa garantia.

A experiência internacional demonstra que os países que são grandes exportadores de petróleo têm, em sua grande maioria, robustas operadoras nacionais de suas jazidas.

Hoje, cerca de 75% das reservas internacionais provadas de petróleo estão nas mãos de operadoras nacionais. Conforme previsão da Agência Internacional de Energia, a tendência é a de que essas operadoras nacionais sejam responsáveis por 80% da produção adicional de petróleo e gás até 2030.

Isso não é casual. Para dominar o mercado, os países produtores precisam dominar as reservas e controlar o ritmo e os custos de produção. O primeiro fator é assegurado pelo regime de partilha e o segundo fator é assegurado pela operadora nacional. A OPEP seria inviável sem o regime de partilha e sem grandes operadoras nacionais.

A operadora nacional é o complemento necessário

ao regime de partilha. De nada adianta o país ter o domínio das reservas se a produção é ditada pelos interesses imediatistas de grandes operadoras multinacionais. Sem uma grande operadora, o país não tem controle efetivo sobre o ritmo da produção, sobre os seus custos reais e, conseqüentemente, sobre a remuneração efetivamente devida ao Estado.

Foi essa realidade que levou os grandes países produtores, nos anos sessenta e setenta, a nacionalizarem as jazidas e, ao mesmo tempo, constituírem robustas operadoras nacionais. Com isso, eles multiplicaram seus rendimentos, passaram a deter as informações estratégicas sobre as jazidas e os custos de exploração e dominaram o mercado mundial do petróleo.

Retirar da Petrobras a condição de operadora do pré-sal significa retroceder à lógica predatória e imediatista da época na qual o mercado era dominado por sete grandes companhias internacionais de petróleo. Uma época em que os países produtores sequer conseguiam saber os custos de produção de suas próprias jazidas. Significa, em última instância, renunciar à gestão estratégica de um recurso finito e não renovável.

Sem essa gestão estratégica, o Brasil poderá se converter em mero exportador açodado de petróleo cru, ao sabor dos interesses particulares e imediatistas de empresas estrangeiras, contribuindo para deprimir preços internacionais e deixando de investir em seu próprio desenvolvimento.

II- Porque o petróleo ainda será um recurso energético fundamental ao longo deste século.

Um dos principais argumentos que motivam os que querem enfraquecer a Petrobras tange ao suposto fato de que o petróleo deixou de ser um recurso estratégico, pois deverá ser substituído rapidamente por outras fontes de energia, particularmente as limpas e renováveis.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/276681-2>



Resumo de Notícias

24/02/2016 - Carta Maior

A Transparência e a transparência da mídia brasileira

A grande mídia reclama para si credibilidade. Contudo, o que entrega na prática é um produto opaco contaminado de distorções e inverdades.

Escrever sobre a mídia brasileira é uma atividade que exige do redator com algum senso crítico uma resiliência inumana, pelo menos um estômago reptiliano, para suportar a total falta de escrúpulos e falta de profissionalismo jornalístico que impera nas redações dos grandes veículos noticiosos de nosso país. O caso que quero tratar aqui é o da recente onda de publicações acerca da ONG internacional Transparency International e o “escândalo da Petrobrás”. O Estadão dessa vez foi mais longe que a concorrência. Um editorial do dia 12 de fevereiro abre com o seguinte período: “Entre muitas outras proezas fantásticas, todas elas carregadas nas tintas da mistificação e do ilusionismo, o lulopetismo gaba-se de ter logrado projetar o Brasil no cenário internacional”.

De cara já impressiona o nível elevado de politização do texto, e aqui me refiro à politização no sentido do estabelecimento de campos de exclusão separando o eu que fala de seu inimigo. Essa concepção da política como guerra, quando praticada no campo do discurso, vem sempre acompanhada de farta linguagem pejorativa. Só nesta curta passagem temos “proezas fantásticas” com sabor claramente irônico, “mistificação”, “ilusionismo” e “lulopetismo”. Não é somente o tom vitriólico da overture, que mais faz lembrar um panfleto incendiário de extrema esquerda ou extrema direita, mas também o uso de termos como “lulopetismo”, que foi cunhado com o intuito explícito de ofender e rebaixar tanto Lula quanto o PT. O Wiktionary traz a seguinte definição: “petismo com o culto à personalidade de Luiz Inácio Lula da Silva”. Logo em seguida ilustra o uso do termo com uma citação de Ronaldo Caiado.

Que os adversários políticos de Lula e do PT façam isso é de se esperar, pois batalhas terminológicas são parte da política inclusive em regimes democráticos. Agora, que a grande mídia se utilize do termo com abandono isso é sinal alarmante do nível elevado de

sua politização ou, porque não dizer, de partidarização. O termo não é usado somente por jornalistas militantes do quilate de Augusto Nunes e Merval Pereira, mas também em editoriais dos jornais O Globo e Estado de S. Paulo.

O editorial do Estadão então prossegue argumentando que a única projeção no cenário internacional de verdade que o “lulopetismo” logrou foi fazer do escândalo de corrupção da Petrobrás o “segundo maior esquema de desvio criminoso de recursos públicos do mundo”, segundo pesquisa divulgada pela “ONG Transparência Internacional”. Mantendo o tom de agressão, o texto segue dizendo que o “escândalo do petróleo” é “emblemático da corrupção generalizada que, hoje se sabe, tomou conta da administração federal a partir da determinação de Lula e sua tigrada de viabilizar, fosse como fosse, o projeto de perpetuação do PT no poder”; e que o “grande legado” de Lula foi “a inoculação da administração com o vírus da maracutaia”. Novamente uma enxurrada de termos pejorativos, agora acolchoando a tese de que foram Lula e o PT que criaram a corrupção na administração pública em nosso país. Tal tese não resiste ao exame mais superficial da história recente do Brasil, ou mesmo ao estudo dos autos das Operações Lava Jato e Zelotes, nos quais, só para citar um exemplo, Aécio Neves já foi citado por três delatores diferentes como receptor de propinas milionárias, isso sem falar do ex-presidente de seu partido, o PSDB, Sérgio Guerra. Ora, é compreensível que uma pessoa mistificada pela ignorância possa aderir a tal tese, mas um editor de grande jornal, com o conhecimento que essa posição exige, adotá-la dessa maneira é sinal inequívoco da conversão da prática jornalística em instrumento de ação política.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/A-Transparencia-e-a-transparencia-da-midia-brasileira/12/35552>